

CLUBES NEGROS, ASSOCIATIVISMO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO¹

Black clubs, associativism and history of education

Clubes negros, asociativismo e historia de la educación

Maria Angela Borges Salvadori²

RESUMO

Neste artigo, apresentam-se os primeiros resultados de uma pesquisa sobre a história do Clube Beneficente, Cultural e Recreativo 28 de Setembro, fundado na cidade de Jundiaí, SP, em 1897. Trata-se do mais antigo clube negro do estado de São Paulo e um dos mais longevos do Brasil, estando ainda hoje em atividade. A trajetória desse Clube, contudo, é bem pouco conhecida, especialmente no que tange às suas iniciativas educacionais e escolares que foram empreendidas nas décadas iniciais do século XX. Como fontes principais, tomam-se atas das reuniões da diretoria do Clube, encontradas no acervo da própria instituição, seguidas de outros esparsos registros escritos tais como impressos e trabalhos de historiadores locais. Nas atas, em meio às frequentes discussões sobre verbas, festas e comportamentos, encontram-se anotações relativas às preocupações educativas levantadas pelos sócios. O olhar para essa documentação, ainda inédita, procura se ancorar na discussão sobre o associativismo de grupos populares, em especial nas reflexões sobre o tema a partir das contribuições do historiador inglês Edward Palmer Thompson.

Palavras-chave: Associativismo. clubes negros. educação.

ABSTRACT

In this article, we present the first results of a research about the history of the Charitable, Cultural and Recreational Club called “September 28”, founded in the city of Jundiaí, SP, in 1897. It is the oldest black club in the state of São Paulo and one of the oldest in Brazil, still in activity today. Its trajectory, however, is much unknown, especially in regard to the educational and school initiatives taken in the early decades of the twentieth century. As main documents, I take the minutes of the club’s directory meetings found in the institution, followed by others sparse written records such as print materials and works by local historians. In the minutes, amid frequent discussions about money, parties and behaviors are notes relating to educational concerns raised by members of the club. The look for this documentation, still unpublished, is anchored in the discussion about the associativism of popular groups, especially the reflections on the theme from the contributions of the English historian E. P. Thompson.

Keywords: Associativism. black clubs. education.

RESUMEN

¹ Uma versão preliminar deste texto foi encaminhada para o IX Congresso Ibero Americano de História da Educação Latino America, promovido pela Sociedad Mexicana de Historia de la Educación e pelo Colegio Mexiquense em Toluca, ME, em maio de 2014.

² Bacharel e licenciada em História (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Mestre em História (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas). Doutora em Educação (Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas). Professora Doutora do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Email: mabsalvadori@usp.br ; mabsalvadori@me.com

En este artículo busco presentar los primeros resultados de una investigación que se relaciona a la historia del “Clube Beneficente, Cultural e Recreativo 28 de Setembro”, fundado en la ciudad de Jundiá, Estado de San Pablo, en 1897. Se trata del club negro más antiguo de aquel Estado, y además, uno de los más antiguos de Brasil, que actualmente sigue en actividad. Su trayectoria, no obstante, es muy poco conocida, especialmente en lo que concierne a las iniciativas educacionales y escolares que emprendió en las décadas iniciales del siglo XX. Como fuentes principales, se tomaron las actas de las reuniones del directorio del club encontradas en el acervo de la propia institución, además de otros dispersos registros escritos tales como impresos y trabajos de historiadores locales. En las actas, en medio a frecuentes discusiones acerca de fondos, fiestas y comportamientos, se encuentran anotaciones relacionadas a las preocupaciones educativas suscitadas por los socios. La mirada a esos documentos todavía inéditos busca fijarse en la discusión sobre el asociativismo de grupos populares, especialmente en las reflexiones sobre el tema a partir de las contribuciones del historiador inglés Edward Palmer Thompson.

Palabras clave: Asociativismo. clubes negros. educación.

INTRODUÇÃO

A origem do Clube Beneficente, Cultural e Recreativo 28 de Setembro está ligada à iniciativa de um grupo de ferroviários negros, trabalhadores da Companhia Paulista de Estradas de Ferro que, no final do século XIX, uniram-se para fundar uma agremiação própria destinada ao entretenimento, educação, cultura e assistência mútua. De acordo com alguns dos membros da direção atual, tal projeto começou a ser gestado dois anos antes, em 1895. O nome escolhido alude à data da lei do Ventre Livre, em 1871.

Os ferroviários negros foram responsáveis também pela fundação de clubes em outras cidades do interior paulista como aconteceu, por exemplo, com o Grêmio Recreativo Flor de Maio, em São Carlos, SP, em 1928 (AGUIAR, 2007). Clubes negros surgiram mesmo antes de 1888, como a Sociedade Floresta Aurora, de Porto Alegre, RS, nascida em 1872, e o Clube dos Escravos do Brasil, fundado em Bragança Paulista, SP, em 1881; neste último, mantida por meio de doações, funcionava uma escola primária noturna para escravos, além de atividades diretamente ligadas ao auxílio para fugas e financiamento de alforrias. Tais atividades provocaram a ira das elites locais, o ataque policial e o fechamento da instituição cinco anos depois de seu aparecimento (ESCOBAR, 2010, p. 58-59).

Nas décadas iniciais do século XX, além de bailes, concursos de beleza e outros encontros de natureza social, o Clube 28 de Setembro buscou viabilizar iniciativas educacionais, ora por meio da oferta de “palestras” que tinham por temática central episódios da história do Brasil ou grandes nomes da literatura, ora com a implantação de cursos noturnos de caráter profissionalizante – alguns dedicados às mulheres como os de datilografia e costura – e, no início dos anos 1930, com a criação de uma escola de alfabetização noturna, batizada como “Escola Cruz e Souza”, que atendia tanto a associados quanto a “estranhos”,

ou seja, ao público em geral que desejasse frequentá-la. Saraus literários e encenações teatrais constituíram-se também como parte dessas ações, advertindo sobre a amplitude das práticas educativas adotadas por essas entidades.

Embora existam já alguns estudos sobre antigos clubes negros do interior do estado de São Paulo (PINTO, 1993) e em outros estados do Brasil (LONER, GILL, 2009), a história específica do “28 de Setembro” e de seus projetos educativos ainda é praticamente desconhecida, em especial numa cidade cuja identidade foi fortemente marcada pela reiteração das tradições italianas, laudatoriamente frequentes no calendário cívico e turístico do município.

Nessa memória, as marcas das presenças africana e afrodescendente se esmaecem ao mesmo tempo em que se reforçam as alianças entre expansão cafeeira, malha ferroviária, imigração e trabalho assalariado, amalgamados como marcas de progresso.

A proposta deste trabalho nasceu de uma interrogação sobre esse silêncio e tem buscado indícios que possam colocar tal silêncio sob suspeição. Objetiva, portanto, conhecer a história do Clube em tela e, particularmente, de suas atividades no campo educacional. Para isso, inicialmente, busca contrapor à tradição italiana fragmentos da história dos negros na cidade e, em seguida, identificar algumas das iniciativas educacionais dessa instituição, fundada menos de 10 anos depois da abolição da escravidão no país.

EM FRAGMENTOS: HISTÓRIAS DOS NEGROS EM JUNDIAÍ

Um primeiro indício da presença afrodescendente na cidade pode ser localizado no censo demográfico de 1872, o primeiro realizado no Brasil, ainda em tempos de Império, atualmente disponível para consulta na forma de um banco de dados *online*³. Os questionários para a coleta das informações foram enviados para 1.440 paróquias de todo o Brasil e, entre elas, a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy que, naquela época, contava com uma população total de 7.805 “almas”, 1.852 delas submetidas à escravidão. No que se refere aos dados sobre “raça”, primeira categoria que aparece no censo, eram 3.822 brancos, 2.138 pardos, 1.481 pretos e 364 caboclos. Na categoria “pardos” – ainda hoje usada nos censos brasileiros –, estava incluída a população originária dos relacionamentos entre negros e brancos; “caboclo” foi, então, o termo usado para tratar os indígenas (PIZA, ROSEMBERG, 1998-1999, p. 124).

³ Recenseamento geral do Império do Brasil, 1872. Disponível em <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br>>.

Apesar de numericamente bastante expressivos, pardos, pretos e caboclos pouco comparecem nos textos relativos à história do município de Jundiaí. Os historiadores locais, ao que propõem parte significativa dos documentos por eles produzidos, imaginaram construir uma história grandiosa da cidade destinada ao progresso e, para isso, apaziguada tanto em seu passado quanto em seu presente. Nela, os conflitos entre brancos, índios e negros foram dando lugar a uma narrativa mais epopeica que, linearmente, começava com a saga dos bandeirantes nos primeiros anos do século XVII e se consagrava com a saga dos imigrantes italianos “laboriosos” e das ferrovias, marcas dos desenvolvimentos industrial, urbano e social do município. Os imigrantes estão presentes também na tradição agrícola da viticultura jundiaense, anualmente celebrada, desde 1934, com a Festa da Uva.

Exemplos desse apaziguamento se encontram em várias publicações. Uma delas é o livro “Jundiaí, terra querida”, escrito por Anna Luiza Cravinhos Mesquita de Oliveira, várias vezes editado na cidade. A obra foi bastante usada por professores do então ensino de primeiro grau. A própria autora, no prefácio, destaca que sua motivação para a escrita vinha da experiência de 30 anos de magistério e de sua preocupação em levar os alunos “a conhecer a comunidade em que sua escola se localiza, isto é, o município de Jundiaí, desde os seus primórdios até a época atual” (OLIVEIRA, s/d, p. 7).

Embora sem data de primeira edição, pode-se intuir que a produção do livro se deu no contexto das mudanças curriculares promovidas pela Lei nº. 5.692/71, uma vez que a autora trabalha bastante na direção de unir conteúdos geográficos e históricos – típicos dos Estudos Sociais – e, ao abordar sua experiência profissional, menciona o magistério junto à terceira série do primeiro grau, designação inaugurada com essa lei que expandia a obrigatoriedade escolar para oito anos divididos em séries. Ao descrever a origem da cidade, a autora se refere à conhecida narrativa sobre Rafael de Oliveira, o Velho, e Petronilha Antunes que, juntos, teriam fundado a vila e erigido a primeira capela, invocando à Nossa Senhora do Desterro.

Para alguns historiadores locais, tratava-se de um intento bandeirante, pois o fundador adentrara pela “porta do sertão” em busca de riquezas. Para outros, a fundação se deu pela fuga dessas pessoas, ora justificada em função de um amor proibido, ora por conta de crimes de bandeirismo ou de entradismo – destinados principalmente à captura e escravização de indígenas, proibidos pela Coroa Portuguesa desde 1570, mas repetidamente perdoados em função da necessidade de ocupação dos vastos territórios coloniais –, praticado sem a autorização do governo metropolitano, o que os teria levado ao desterro e explicaria também a escolha da santa padroeira. Embora os resultados mais recentes indiquem a pertinência desta segunda hipótese, as dúvidas sobre as causas judiciais que levaram ao povoamento ainda

persistem e, no senso comum, a primeira versão tem sido mais constante: “[...] isso nos tranquiliza sobremaneira, pois a nossa história, sem as pechas passionais ou de ordem régia, faz de nosso passado histórico mais épico e não desonroso” (CAMPANHOLE *et al.*, 1994, p. 5). Essa declaração de Campanhole mostra claramente as circunstâncias, nas quais parte da historiografia local foi produzida, pautada pela preocupação com o estabelecimento de um mito fundador capaz de oferecer um repertório constante de imagens positivas sobre o município, no qual conflitos e mudanças desaparecem.

A história a ser ensinada, proposta por Anna Luiza Cravinhos Mesquita de Oliveira, afirma que, antes dos fundadores, os índios moravam aqui e que depois vieram os “negros escravos”, usando assim uma expressão que tende a naturalizar a relação entre pertencimento étnico e condição social. Não há menções à escravização anterior dos Tupi-Guarani, que constituíram a base da mão de obra usada na agricultura local até as últimas décadas do século XVIII – em particular no cultivo da cana-de-açúcar e na produção de aguardente –, nem à escravização dos africanos, que passam a chegar em grande número entre final dos Seiscentos e início dos Setecentos (MORALES apud Jundiaí, 2002, p. 49).

A partir de 1854, somam-se a esses grupos os imigrantes, embora a entrada mais significativa de europeus tenha ocorrido na cidade a partir da década de 1880. A chegada do imigrante, associada à expansão da lavoura de café e à ferrovia – a estrada de ferro Santos-Jundiaí, da São Paulo *Railway Company*, foi inaugurada em 1867 e o trecho Jundiaí-Campinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1872 – compõe a tríade que caracteriza a cidade como moderna, destinada à grandeza e, simultaneamente, fincada numa romântica tradição agrícola. Daí em diante, pouco ou nada se fala sobre a população negra local, mas muitos são os estudos relativos aos núcleos coloniais do Traviú e da Colônia, hoje bairros da cidade, fundados por italianos.

Gerações de historiadores locais, alguns deles ligados ao Museu Histórico de Jundiaí, aos quais, aliás, se deve parte significativa do trabalho de compilação de fontes sobre a história local, praticamente ignoraram a existência da escravidão indígena e africana no município. Comprometidos geralmente com uma historiografia de base mais factual, descritiva e linear, pouco versaram sobre a presença negra na cidade. Ainda mais raras são as informações sobre resistência à escravidão embora dela possam ser localizados alguns poucos resquícios. Por exemplo, há um auto de diligência policial, datado de novembro de 1759, referente à luta contra um quilombo de escravos na região de Itupeva, então pertencente à Jundiaí (MAZZUIA, 1976, p. 84) e, também, outro caso, em 1786, de uma viúva que recebeu uma concessão de terra após expulsar, com recursos próprios, um reduto de escravos

foragidos localizado entre Jundiá e Itu, numa região conhecida como Quilombo (MAKINO, 1981, p. 68). O referido museu tem em seu acervo, ainda, livro de registro de batismo e de óbitos de escravos no século XVIII.

Outros documentos, contudo, permitem problematizar essa versão e a unilateralidade que lhe é intrínseca. É o caso do texto assinado por “ARO”, assim mesmo, em maiúsculas, na “Revista Sultana” de 24 de janeiro de 1929, publicação mensal que, em sua edição de número 06, apresentava bem vivas as memórias de certa Tia Custódia, moradora do Largo de Santa Cruz, região central da cidade. Custódia trazia, na lembrança e no corpo, as marcas da escravidão. Na conversa com o cronista da Sultana, contou sobre o tempo em que, “por um nadica”, os escravos eram castigados:

Veja sinhô, estes riscos que aqui estão, são lembranças daquele tempo; do tempo em que negro não era gente... apanhei nhnhô, muitas vezes de taca (nome dado ao açoite destinado às mulheres) lá na senzala de Monte Serrate e Sant’Ana. Sinhô barão tinha um feitô malvado, que tudo nós tinha ódio nele. No meu tempo de moça, também diverti bastante! Tenho saudades das festas do Divino, Semana Santa, Cayopó e muitas outras.⁴

Em conversas informais, Eduardo Medeiros Honório, neto de um dos diretores do clube, reconta as informações transmitidas de geração a geração e comenta que a região do Largo de Santa Cruz era uma referência para a população negra, tanto local quanto migrante que, sabia, poderia encontrar ali, com os moradores mais antigos, alguma solidariedade e abrigo em tempos difíceis. Embora não se possa, até o momento, comprovar essa afirmação, parece ser possível, juntando o documento escrito com a fonte oral, levantar a hipótese de que o local tenha sido, de fato, reconhecido como identitariamente negro. Outros registros orais reforçam essa suposição tal como a trovinha anotada por Aldo Cipolato, jornalista e também estudioso da história local, que mostra a realização de festas tradicionalmente vinculadas à população escravizada no Brasil:

Nas festas de Santa Cruz
Muita gente de fora vinha
Porque, naquelas belas festas,
A congada sempre tinha.⁵

O CLUBE 28 DE SETEMBRO

⁴ Revista Sultana, n. 6, 24 de fevereiro de 1929, s/p.

⁵ Apud Cipolato, Aldo. *Jundiá na história*. Jundiá, SP: Editora Japi, 1994, p. 105. Como se sabe, a Congada é um folguedo com elementos sagrados e profanos que, no Brasil, fundia elementos das tradições culturais africana e ibérica.

Diante de tamanha raridade e dispersão da documentação, a longevidade do Clube 28 de Setembro representa, simultaneamente, um oásis para a pesquisa e a força resistente dessas pessoas diante de uma cidade que buscou, na escrita de seu passado, o embranquecimento de sua gente e de sua história. Como já dito, o Clube 28 de Setembro, declarado “de utilidade pública” pela Lei Municipal nº. 1.125, de 23 de agosto de 1963, surgiu da vontade de um grupo de trabalhadores negros da ferrovia, pertencentes ao quadro de operários da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Os ferroviários foram, aliás, responsáveis pela criação de uma série de instituições, estando grande parte delas em funcionamento ainda hoje. Em 1908, criaram o “Centro de Leitura de Jundiahy” que, a partir de 1923, passou a se chamar “Gabinete de Leitura Ruy Barbosa”, uma biblioteca mantida por associados⁶. Em 1909, surgiu o Paulista *Football Club*, popularmente conhecido como “Galo do Japi” e, em 1900, outro clube social, o Grêmio da Companhia Paulista de Estradas de Ferro⁷.

Ao que tudo indica, a força dos ferroviários e seu empenho na criação de associações de auxílio mútuo se estendiam para além das questões trabalhistas, embora diretamente ligadas ao mundo do trabalho, a partir do qual se mobilizavam e com o qual reiteradamente dialogavam. No caso do “28 de Setembro”, está-se diante de um grupo, os diretores ao longo de muitas gerações registravam a identidade ferroviária tanto quanto a negra.

Desde o início, o clube procurou uma ação afirmativa e o reconhecimento social dos negros, destacando sua preocupação educativa. Pesquisando as atas das reuniões da diretoria, observa-se que as primeiras preocupações, mais diretamente escolares, aparecem no início dos anos 1930, ainda que, na década de 1920, cursos profissionalizantes tenham sido oferecidos. O que se vê na passagem para os anos 1930 é uma ligação cada vez mais forte entre educação e escolarização que pode significar a emergência de novas plataformas de lutas políticas. Antes disso, porém, é possível pensar também numa educação em sentido amplo, como se nota, por exemplo, nas muitas discussões sobre os bons ou maus modos dos associados, dentro e fora do Clube. Havia, pela leitura das atas, uma avaliação criteriosa dos que desejavam ingressar e uma vigilância constante sobre os sócios que, em eventos festivos, deveriam seguir um protocolo de condutas ligadas aos modos de vestir, sentar, dançar, relacionar-se. A desobediência implicou, por várias vezes, o desligamento de sócios indicando, tal como fez Cláudio Batalha (2004) ao estudar a cultura associativa no Rio de

⁶ O Gabinete de Leitura Ruy Barbosa também existe até hoje, embora a diminuição paulatina e significativa dos associados, as mudanças nas práticas de leitura e questões ligadas à especulação imobiliária o ameacem cada vez mais.

⁷ Ambos existem também até hoje. O vulgo “Galo do Japi”, está ligado ao nome da Serra que contorna parte da cidade.

Janeiro da Primeira República, a existência de práticas ritualísticas e simbólicas que buscavam construir ou reforçar a identidade do grupo, inclusive extramuros. Segundo esse autor, o termo “cultura associativa” possui uma dupla dimensão, ligando-se tanto ao afã de associar-se quanto às práticas pelas quais seus membros se constituem identitariamente e os valores que compartilham (BATALHA, 2004, p. 96-97).

Embora suas conclusões se relacionem às associações operárias nas duas primeiras décadas do século XX, tais características estavam presentes também em outras, igualmente contribuindo para o fortalecimento da união de seus membros. Cláudio Batalha (2004) também, analisa a importância dos calendários celebrativos para essas instituições, ocasiões ritualísticas especiais. No caso do Clube 28 de Setembro, além das comemorações do aniversário da fundação, a data do 13 de Maio foi amplamente festejada, não raro com palestras relativas à história do Brasil e homenagens à princesa Isabel e/ou a outros abolicionistas do XIX. Nessas ocasiões, temas como o da escolarização do negro se fizeram mais constantes, ao lado de discussões sobre a relação entre educação formal e ascensão social, amplamente defendida por parte dos membros da diretoria do clube.

Em 13 de Maio de 1923, por exemplo, o presidente Aristides Chagas apresentava à audiência o orador Professor Aníbal de Meirelles que:

iniciou às 2 horas da tarde sua conferência fazendo-nos relembrar o Grito do Ipiranga ou a Independência de nossa Pátria e também da aristocracia de 15 de Novembro e da nossa inesquecível data de 13 de Maio de 1888, falando também do progresso do Brasil.⁸

Sessões literárias eram feitas, pelo menos, desde 1913, como se constata no Folheto que trazia o “Programa da Festa a realizar-se em 11 de janeiro de 1913”, com “a presença de diversos oradores para esse fim convidados”⁹. Documentos esparsos mostram ainda que o clube se colocava como “porta-voz da raça” que “com o sangue em borbotões de ouro colonizou o Brasil”, tal como escrito na primeira página do Livro de Ouro de 1935, destinado a arrecadar fundos junto ao comércio local a fim de que os problemas financeiros da entidade pudessem ser minimizados¹⁰. Àquela data, seu presidente era Saturnino José dos Santos, funcionário da Companhia Paulista, que por várias vezes ocupara o cargo, desde a década de 1910.

Na abertura de outro Livro de Ouro, no ano seguinte, Saturnino retoma essa máxima, reforçando que o clube “reiteradamente vem se empenhando na batalha nacionalista da

⁸ Ata da reunião da diretoria de 13 de maio de 1923.

⁹ Programa da Festa a realizar-se em 11 de janeiro de 1913 no Salão do Grêmio Recreativo Companhia Paulista.

¹⁰ Livro de Ouro de 1935. Acervo do Clube 28 de Setembro.

elevação moral, social e intelectual da gente negra brasileira”¹¹. Saturnino e outros membros da diretoria mantinham relações com a Frente Negra Brasileira, fundada em 1931. A partir de 1933, houve uma maior aproximação e o clube compartilhou com essa Frente espaços físicos destinados a encontros e reuniões na cidade, embora questões relativas aos encargos financeiros – manutenção da sede, zeladoria, assinatura ou não do jornal “A Voz da Raça”, fossem atravessadas por tensões¹².

Foi durante os anos dessa maior aproximação que o Clube 28 de Setembro passou a discutir a implantação de um curso noturno de alfabetização, articulando duas dimensões: a da formação moral e cultural e a da instrução que, para a Frente Negra, era a principal arma contra o preconceito (DOMINGUES, 2008). José Feliciano Barbosa, frentenegrino, afirmava no jornal “A Voz da Raça (periódico publicado pela Frente Negra), que os negros deveriam estudar “a fim de não serem insultados a cada momento. Instruídos e educados, seremos respeitados; far-nos-emos respeitar”¹³.

Os diretores do 28 de Setembro compartilharam essa ideia. Em ata da reunião de diretoria, datada de 26 de maio de 1932, registra-se a colocação de Saturnino José dos Santos, presidente, que, conclamando a união de todos, afirmava a necessidade do clube de preocupar-se mais com a questão educativa. Diz ele: “[...] os nossos associados não pensam em outra coisa a não ser em bailes; porém, a sociedade não é somente para bailes e sim outras coisas mais como seja uma escola e mais utilidades”¹⁴.

No ano seguinte, um dos sócios defendia que o clube se dedicasse também ao “drama”, ou seja, ao teatro. Dizia o Sr. Crispim que

[...] o drama não deve e não pode ter-se apenas como uma simples diversão porque nele há outras utilidades como seja o desenvolvimento pessoal e mesmo ‘leitural’ e cita mais, que conhece em nossa gente rapazes que sabem ler e escrever regularmente, porém não sabem fazer uso da pontuação, sendo esta, o essencial da leitura¹⁵.

A primeira menção à criação de uma escola noturna destinada à alfabetização aparece na ata da reunião da diretoria, de 16 de dezembro de 1933. Parte das discussões daquele dia referiu-se à “fusão” do Clube 28 de Setembro com a Frente Negra Brasileira. Embora marcadas pela cordialidade recíproca, tal fusão era limitada uma vez que não se misturariam os assuntos do Clube com os da Frente, apesar de interesses comuns e da divisão de um

¹¹ Livro de Ouro de 1936. Acervo do Clube 28 de Setembro.

¹² Essas tensões podem ser identificadas na ata da reunião de 16 de dezembro de 1933 e nas atas das reuniões seguintes.

¹³ A Voz da Raça, 24 de junho de 1933, p. 4.

¹⁴ Ata da reunião da diretoria do Clube 28 de Setembro, de 26 de maio de 1932.

¹⁵ Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 24 de janeiro de 1933.

mesmo espaço físico¹⁶. A seguir, o Sr. Arlindo A. Soares, após um “brilhante discurso sobre o 28 e sua direção”, propõe a “criação de um Curso de Alfabetização, dentro da nossa sede, para os associados que quiserem aproveitar e estudar à noite e que os mesmos contribuirão com uma pequena cota” que, sugeria, fosse revertida, além do caixa de uma ou de outra associação, para o jornal “A Voz da Raça”. A decisão foi protelada revelando a ausência de consenso entre as partes¹⁷.

Em 05 de setembro de 1934, o assunto voltou à baila, levantado por Benedito de Paula, sugerindo que o cargo de “instrutor” fosse oferecido a Arlindo A. Soares, sugestão prontamente aceita por todos. Certo Sr. Sabino declara seu apoio à iniciativa e sugere que se busquem contribuições para tal junto à prefeitura, que poderia doar carteiras. Outro presente, Sr. Sylvestre Camargo, afirma que colocará seu filho para instruir-se na escola desde o início. Nessa reunião foi, ainda, decidido o nome da escola, “Cruz e Souza” – “sendo esse um nome muito nosso, por pertencer a um grande poeta da raça” –, e seu horário de funcionamento – segundas, quartas e sextas, das 7h às 9h da noite¹⁸. E o início das atividades previsto para outubro¹⁹.

Na primeira reunião de novembro de 1934, Benedito de Paula noticiava que a Escola Cruz e Souza, fundada em 05 de setembro de 1934, já estava em funcionamento, e que “acabava o mês de outubro, cujo mês havia sido grátis, após o qual deveria ser cobrada uma mensalidade para a mesma”. Ao final, decidiu-se que os “estranhos”, ou seja, os não associados, pagariam \$3.500 réis e os sócios pagariam \$2.000. Parte do dinheiro era destinada ao “instrutor”²⁰. Esses momentos em que questões financeiras eram discutidas – mensalidade da escola, valores a serem pagos pelos sócios, inadimplência de associados, custos para a realização de festivais, entre outros, foram quase sempre marcados pelo dissenso, seja porque custos extras eram geralmente mal vistos pelos associados, seja porque havia a tendência de se defender “os de dentro”, garantindo-lhes algumas vantagens e prioridades.

A documentação anteriormente citada mostra que, isoladamente ou em grupo, os negros da cidade de Jundiá procuraram alternativas diante de uma sociedade que os secundarizava. Ajuda a reconhecer o modo como pensaram a educação e se mobilizaram no sentido de sua

¹⁶ As atas desse período mostram certa tensão entre os membros da diretoria. Alguns, também ligados à Frente Negra, procuram uma maior militância; outros, insistem nos aspectos ligados à autonomia do clube e às suas tradicionais atividades de lazer.

¹⁷ Ata da reunião da diretoria, de 16 de dezembro de 1933.

¹⁸ Ata da reunião da diretoria, de 05 de setembro de 1934.

¹⁹ Cruz e Souza, como se sabe, nasceu em 1861, foi um escritor negro, filho de escravos alforriados e educado por seus antigos senhores. Precursor do movimento simbolista no Brasil, estudou no Liceu Provincial de Santa Catarina e dirigiu o jornal abolicionista *Tribuna Popular*, em 1881.

²⁰ Ata da reunião da diretoria, de 01 de novembro de 1934.

própria formação, bem como as mudanças das prioridades educativas – formação moral, para o ofício ou alfabetização – ao longo do tempo. Contribuí, ainda, para uma história social de africanos e afrodescendentes preocupada em compreender para onde foram, como se organizaram e resistiram esses trabalhadores após a abolição, iniciativa que marca parte da produção historiográfica nacional, sobretudo, a partir da década de 1980. No campo específico da história da educação, esta pesquisa busca contribuir com uma série de trabalhos que, junto à denúncia do preconceito e da exclusão, tem levantado as estratégias usadas por africanos e afrodescendentes para sua formação e escolarização em meio a uma sociedade excludente.

Os resultados aqui apresentados, evidentemente bastante preliminares, sinalizam para a originalidade da documentação, seu caráter profícuo e sua potencialidade. Indicam elementos que são comuns à história de muitos outros clubes negros do Brasil, mas também a alteridade advinda dos contextos e sujeitos específicos que estiveram envolvidos nessa experiência.

DIÁLOGOS TEÓRICOS, PERSPECTIVAS

Em termos teóricos, esta pesquisa dialoga, de modo especial, com os trabalhos do historiador E. P. Thompson (1987) e com a produção de vários historiadores brasileiros que tomaram os pressupostos thompsonianos como orientação para o estudo das classes populares, interrogando sobre suas experiências mais autônomas de vida e formação. Alguns desses historiadores têm questionado uma tradição historiográfica – e também sociológica – que, por um lado, estabeleceu um hiato entre os mundos da escravidão e os mundos do trabalho livre, substituindo os primeiros pelos estudos ligados aos imigrantes e ao movimento operário e, por outro, colocou, em segundo plano, modos de organização não ligados diretamente às formas tradicionais de luta operária como os sindicatos.

A história do Clube Beneficente, Cultural e Recreativo 28 de Setembro pode contribuir, ainda que de modo fragmentado, para o preenchimento dessa lacuna e para a percepção das muitas variáveis existentes “entre as senzalas e as fábricas” (NEGRO, GOMES, 2006).

Dialoga-se, ainda, com trabalhos recentes acerca da temática do associativismo e do mutualismo no Brasil – igualmente inspirados em Thompson e em suas obras sobre a formação da classe operária na Inglaterra – e, especialmente, com as perspectivas colocadas pelo historiador Cláudia Batalha (2010) para essa questão. Segundo Batalha, dois tipos de interpretação dessas práticas têm sido mais constantes na historiografia brasileira: de um lado, aqueles que analisam essas associações como diretamente vinculadas às classes trabalhadoras,

subordinando sua existência à experiência do trabalho, com estudos que afirmam, inclusive, o associativismo como uma espécie precursora e embrionária dos sindicatos e outras organizações operárias mais formais; por outro, pesquisas que salientam seu caráter amplo e variado, resultante de uniões frente a adversidades ou de vontades específicas, sem ligações diretas com processos de constituição de identidades de classe operária. Sem negar a contribuição desse conhecimento até então produzido, Batalha defende uma terceira possibilidade, mais ambígua, que envolve as relações entre trabalhadores e suas práticas em outras instituições não explicitamente operárias, apontando para uma possível complementaridade entre elas.

Nesse sentido, o estudo da história do Clube 28 de Setembro, em Jundiá, pode ser bastante profícuo, pois, definido como entidade beneficente, cultural e recreativa, apartada, portanto, diretamente, do mundo do trabalho, trazia em sua fundação e em seus primeiros tempos – e, ainda hoje, pela memória de seus sócios – as marcas dos trabalhadores negros ferroviários que tomaram a iniciativa de criar o clube e que ocuparam por décadas – como aconteceu com vários deles – cargos em sua direção, ao mesmo tempo em que trabalhavam na Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Acompanhar as mudanças pelas quais o clube foi passando a partir de suas atas, bem como a diversidade dos eventos que realizava significa tentar captar flagrantes desses entroncamentos entre trabalho, educação e lazer, sem hierarquizar-los, identificando nuances que se relacionam às trajetórias singulares dos sujeitos, às diferentes vontades das várias gerações de afrodescendentes, à história do trabalho, da educação e das lutas negras no Brasil.

Está-se, assim, diante de um lugar de intersecção e de muitos caminhos, inclusive o de um esforço em compreender a história da educação dos negros para além da denúncia da exclusão escolar que, muito pertinente, todavia não dá conta de alternativas mais autônomas, discutidas e implantadas pelos próprios negros.

Registra-se, por fim, que os clubes negros fundados em diferentes períodos da história brasileira, têm procurado, desde o final da primeira década do século XXI, uma ação conjunta no sentido de serem reconhecidos como patrimônio histórico e cultural afrobrasileiro, definido nos termos dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal do Brasil de 1988, tal como atestam as Cartas de Santa Maria, RS, e Sabará, MG, datadas, respectivamente, de 2006 e 2010, resultantes de encontros entre representantes dos clubes e sociedades negras com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo federal²¹. Nesse

²¹ As cartas estão disponíveis no site da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial: <<http://www.seppir.gov.br>>.

contexto, a pesquisa se insere também no âmbito das políticas públicas de preservação da memória em sua dimensão educativa fundamental do direito ao passado.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcio Mucedula. Os clubes negros e seu papel na constituição da identidade e do movimento negro: a história do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos, SP. *InterAções*, vol. 2, n.2, 2007, pp. 91-105.

BATALHA, Cláudio H. M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In. BATALHA, C., SILVA, F. T. da FORTES, A. (orgs.). *Culturas de Classe*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____. Relançando o debate sobre mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. *Mundos de Trabalho*, Florianópolis, SC, vol. 2, n. 4, 2010, p. 12-22.

CAMPANHOLE, Adriano; SANTOS, Wanderley de; GICOVATE, Moisés. *Aditamentos à história da fundação de Jundiaí*. Jundiaí, SP: LiterArte., 1994.

CIPOLATO, Aldo. *Jundiaí na história*. Jundiaí, SP: Editora Japi, 1994.

DOMINGUES, Petrônio. Um ‘templo de luz’: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação, *Rev. Bras. Educ.* [online], vol.13, n.39, 2008, pp. 517-534.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Universidade Federal de Santa Maria, RS, Programa de Pós Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, (Dissertação de Mestrado), 2010.

JUNDIAÍ (Município). Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. *Índios e africanos na Jundiaí colonial*. Jundiaí:SMPMA/PMJ, 2002.

LONER, Ana Beatriz; GILL, Lorena Almeida. Classe, etnia e moralidade: estudo de clubes negros. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, pp. 145-162, jan./jun. 2009.

MAKINO, Mioko. *Jundiaí, povoamento e desenvolvimento:1655-1854*. Universidade de São Paulo, Programa de Pós Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Dissertação de mestrado, 1981.

MAZZUIA, Mário. *Jundiaí através de documentos*. Jundiaí, SP: Prefeitura do Município de Jundiaí, 1976.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 1, 2006, pp. 217-240.

OLIVEIRA, Anna Luiza Cravinhos Mesquita de. *Jundiaí, terra querida*. 2. ed. Jundiaí, SP: LiterArte, 1992.

PINTO, Regina Pahim. Movimento Negro e educação do negro: ênfase na identidade.

Cadernos de pesquisa, São Paulo: FCC, n. 86, agosto, 1993, pp. 25-38.

PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. Cor nos censos brasileiros. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 40, dez./fev., 1998-1999, pp – p. 122-137.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.